

**TEXTO DO RAMO DA SEGURIDADE SOCIAL
PARA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE O
“SUS” NOS CECUT’S E CONCUT**

SUS - um debate sobre a conjuntura atual!

Formatado: À esquerda

Desde sua criação a partir da Constituição de 1988 o Sistema Único de Saúde contou com a considerada parcela "Suplementar" para possibilitar a oferta de saúde para todos os cidadãos e cidadãs. Ao garantir constitucionalmente o direito universal e integral à saúde, nossa Constituição avança no sentido do momento histórico anterior. Porém, diversas brechas em sua forma de organização, no financiamento do sistema, e no seu desdobramento até o(a) usuário(a), foram se tornando limitadores para o adequado funcionamento com o fim de cumprir os anseios do povo brasileiro em relação a essa questão essencial do desenvolvimento da vida cidadã.

A oferta da dupla porta, com dois sistemas em paralelo - o público e o privado, é cada dia mais visto e a presença em massa da disputa do capital, com as empresas/operadoras de planos de saúde, vem conquistando o modelo de atenção ofertado. O sistema dito "suplementar" corresponde hoje a grande oferta da gestão dos leitos do SUS!

Apesar da disputa do capital na área da saúde, nem sempre vemos notícias da área econômica vinculadas a esse tema. Em sua maioria, relatam dados da indústria, e do comércio, entre outros ramos de atividades profissionais. Poucos são os dados que encontramos tratando a saúde como uma poderosa indústria, responsável por gerar milhares de empregos, renda, e contribuição tributária. No geral, a saúde no Brasil tem tanta importância para o desenvolvimento econômico e social tal como qualquer outra área.

Segundo a Confederação Nacional de Saúde (CNS), entidade representante do seguimento patronal dos estabelecimentos de serviços de saúde no Brasil, a área de saúde terminou o ano de 2013 com 3,1 milhões de postos de trabalho, sendo 61% no setor público e 39% no privado, desde 2010, o número de empregos no setor cresceu 19,2%, indicou igualmente a Confederação. No mesmo ano, a saúde respondeu por 10,2% do PIB Nacional, mostrando toda a sua real importância para o crescimento da nação.

Infelizmente, há ainda muita defasagem em investimentos para o setor, causando em algumas esferas de atuação a precarização do sistema. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população brasileira gasta quase 30% a mais que o governo para ter acesso a bens e serviços médicos [\(ou de saúde?\)](#).

É importante ressaltar que a saúde é constituída por uma cadeia produtiva sendo uma corrente de atividades que se articulam de forma progressiva. Isto ocorre desde os insumos básicos, os materiais com distribuição e comercialização, como

remédios, aparelhagem hospitalar, entre outros, mão de obra especializada, criação de novas tecnologias, até o ponto final, a assistência à população.

Discutir a importância financeira que o setor propicia para a nossa economia é também debater o dever que o Estado tem em investir para o bem da população como um todo, tanto na dimensão econômica quanto na qualidade de vida da população.

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas, foi apontado que as questões de Saúde, Educação, Segurança e Transporte são as maiores preocupações da maioria dos eleitores. Ao todo, 70% dizem que Saúde é a área que merece maior atenção. Sendo assim, é necessário que nossos representantes trabalhem em mais e melhores projetos, como leis que regulamentem os planos de saúde, aqueles aos quais a população paga caro e não tem o retorno prometido e desejado, oferecer de forma gratuita mais opções de medicamentos, principalmente aqueles de alto custo, para os contribuintes, mais atenção aos trabalhadores(as) e promotores(as) da saúde, principalmente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Necessário ressaltar que os recursos humanos são elementos fundamentais para alcançar a finalidade e os objetivos de toda a cadeia produtiva, e de que os trabalhadores(as) de saúde precisam de constantes investimentos em atualização e aperfeiçoamento, o que assegura o seu bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

- A que caminhos está sendo conduzido o SUS! Novos modelos de Gerenciamento de Gestão

Em relação aos modelos de gestão existe a possibilidade de locais de administração direta – municipais, estaduais e federais; locais com administração privada que consignam seus leitos e os vendem à rede pública - as parcerias público-privadas (PPP), Organizações Sociais (OSs), Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Filantrópicas (Santas Casas) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH - que faz gestão de hospitais universitários); e locais de gestão privada que possuem apenas leitos privados. O sistema conta com um montante de leitos hospitalares em que 75 % correspondem aos chamados leitos-SUS (leitos públicos, mas que podem se encontrar em locais de administração direta pública ou de administração privada) e os outros 25% a leitos-privados. Contrastamos com a realidade presencial de 70% de hospitais no país todo com gestão privada (inclui-se nesses serviços estabelecimentos que ofertam leitos-SUS como as OSCIP's/OS's/PPP's/EBSERH e filantrópicas) (Dados de marco/2015 da ANS).

Concluimos assim, com a relação aqui exposta, que a gestão privada, através de entidades filantrópicas e parcerias público-privadas/OS's/OSCIP's/EBSERH,

invadem nosso cotidiano e hoje representam uma parcela importante, se não a mais significativa dentro do prospecto de leitos públicos. O sistema "suplementar" se tornou a principal oferta de saúde da população!

No Município de São Paulo há uma realidade recente onde as OS's em breve estarão assumindo regiões inteiras do município, se responsabilizando pela atenção em todos os níveis, e por toda a estruturação em determinado território. Mais uma vez, São Paulo se torna um laboratório para um experimento que, assim como as parcerias público-privadas, demonstrou a possibilidade de nacionalização. Não só a gestão do aparato de saúde, mas toda a sua estruturação será repassada as PPP's!

Visualizando o rumo a que o sistema se dirige hoje, contamos com aproximadamente 50 milhões de brasileiros com planos de saúde (ANS). No ano de 2000, esse numero era de 30 milhões. O capital se apropria cada vez mais desse setor e com isso faz sua contribuição à política elegendo seus candidatos. Estudo recente de dois pesquisadores da USP e UFRJ (Mario Scheffer e Ligia Bahia, [ano?](#)) demonstra que na campanha eleitoral de 2014 os planos de saúde financiaram 131 eleitos com quase 55 milhões de reais doados. Desse montante, 48% foram da AMIL, seguidas por grandes montantes da Bradesco Saúde, da Qualicorp e da Unimed.

O desmonte progressivo da assistência de saúde universal e gratuita continua com os parlamentares eleitos através desses suntuosos financiamentos. Para os pesquisadores acima, a presença do capital dos planos de saúde financiando os políticos já possibilitou a conquista de modalidades de planos de saúde mais baratos, com cláusulas que restringem coberturas e reduzem a assistência integral ao cidadão. As empresas hoje também já se beneficiam com recursos públicos nas formas de credito, isenções fiscais e tributárias, retirando do cidadão usuário do SUS, recursos financeiros importantes.

Reflexo de toda a conjuntura citada acima é a redução atual do financiamento do Sistema Único de Saúde com a PEC do Orçamento Impositivo. Além de manter em níveis baixos o financiamento da saúde, essa lei atrela a emendas parlamentares e motivos políticos os futuros repasses ao sistema de saúde. Renega, assim, que o financiamento do SUS deve ser baseado em critérios especificamente sociodemográficos e não em praticas politico-eleitoreiras.

Agregamos a tudo isso que o SUS enfrenta a realidade da abertura recém aprovada ao capital estrangeiro (Lei nº 13.019/2014), além de projetos de lei como o PL no. 451/2014, do PMDB, que pretende aprovar a obrigatoriedade das empresas de proporcionarem planos de saúde para os seus trabalhadores(as), alterando toda a sua lógica com a privatização do sistema de saúde do(a) trabalhador(a) brasileiro!

Devemos manter a posição a favor de um SUS 100% público, universal e gratuito e contra a entrega de sua gestão ou leitos ao setor privado.

- A Força de trabalho feminino na saúde:

Há de se ressaltar, na força de trabalho, a participação massiva das mulheres e a luta que as mesmas enfrentam para que seja possível existir um equilíbrio econômico entre os sexos, pois, mesmo que algumas consigam melhores salários em determinadas áreas, ainda há muita desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Para se ter uma ideia da importância da participação da mulher na área da saúde, de acordo com dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN 2010), cerca de 87% da categoria em todo o Brasil são mulheres. Estes dados nos apontam a necessidade de se valorizar cada vez mais as trabalhadoras, em todas as esferas de contratação na área da saúde.

Segundo o DIEESE, no livro " A situação do trabalho no Brasil na primeira década do ano 2000, (2012, p.122), a feminização no mercado de trabalho e, principalmente, no setor saúde, se deve a carga histórica do papel da mulher na sociedade, antes cuidadora do lar e preocupada com os afazeres domésticos, com os filhos e com os idosos. Esse fato histórico social tem um peso no momento em que a mesma vai para o mercado de trabalho, e não tem as mesmas condições dos homens, devendo então se envolver com o trabalho da saúde e educação, que são reflexos da sua experiência como " cuidadora do lar".

Dados da ARAIS de 2013, divulgada em 2015 (Ministério do Trabalho, 2015) mostra que nas profissões de Assistentes Sociais, Enfermeiros(as), Técnicos(as) Auxiliares de Enfermagem, Técnicos(as) em Odontologia e Agentes Comunitários de Saúde a participação das mulheres é muito mais expressiva, enquanto que em outras profissões esse número diminui, porém, com estatística favorável as mulheres.



OCUPAÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL RAIS/MTE/2013
Número de ocupados

CBO	Masculino	Feminino	Total
AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE, PARTEIRAS PRÁTICAS E AFINS	88.514	233.334	321.848
ASSISTENTES SOCIAIS E ECONOMISTAS DOMESTICOS(AS)	4.161	62.440	66.601
AUXILIARES DE LABORATORIO DA SAÚDE	26.543	64.906	91.449
CIRURGIÕES -DENTISTAS	25.562	39.486	65.048
ENFERMEIROS (AS) DE NÍVEL SUPERIOR E AFINS	34.939	205.804	240.743
FARMACEUTICOS (AS)	32.929	74.856	107.785
MEDICOS(AS) CLINICOS(AS)	130.509	107.336	237.845
MEDICOS(AS) EM ESPECIALIDADES CIRURGICAS	17.316	10.369	27.685
MEDICOS (AS) EM MEDICINA DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA	1.876	1.700	3.576
FISIOTERAPEUTAS	10.711	33.931	44.642
TECNICOS (AS) DE ODONTOLOGIA	9.270	72.297	81.567
TECNICOS (AS) E AUXILIARES DE ENFERMAGEM	126.004	708.409	834.413
TOTAL	508.334	1.614.868	2.123.202

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho, 27 de abril 2015

Essa presença intensa da mão de obra feminina na área da saúde não significa salário digno e igual ao masculino.

De uma forma geral, a pesquisa "Estatística de Gênero" do IBGE, de 2014, aponta que apesar de ter uma leve diminuição na remuneração entre os gêneros, a mulher ainda continua recebendo muito menos que os homens.

Esse quadro reflete as condições salariais entre mulheres e homens na saúde. Apesar de estarem em maioria, elas continuam recebendo um salário menor. Destaque apenas para a função de Farmacêuticos (as) onde a mão de obra feminina está sendo um pouco mais valorizada.



OCUPAÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL RAIS/MTE/2013
Remuneração Média (R\$)

CBO	Masculino	Feminino	Total
AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE, PARTEIRAS PRATICAS E AFINS	R\$1.619,19	R\$1.131,27	R\$1.265,46
ASSISTENTES SOCIAIS E ECONOMISTAS DOMESTICOS	R\$3.052,30	R\$3.348,64	R\$3.330,13
AUXILIARES DE LABORATORIO DA SAUDE	R\$1.307,84	R\$1.151,99	R\$ 1.197,22
CIRURGIOES-DENTISTAS	R\$ 4.130,30	R\$3.941,17	R\$4.015,49
ENFERMEIROS (AS) DE NIVEL SUPERIOR E AFINS	R\$3.703,90	R\$3.722,86	R\$3.720,11
FARMACEUTICOS (AS)	R\$2.911,83	R\$ 3.004,21	R\$2.975,99
MEDICOS (AS) CLINICOS (AS)	R\$7.282,25	R\$6.881,76	R\$7.101,51
MEDICOS (AS) EM ESPECIALIDADES CIRURGICAS	R\$ 6.830,36	R\$5.842,17	R\$6.460,25
MEDICOS (AS) EM MEDICINA DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA	R\$8.528,33	R\$ 7.171,80	R\$7.883,45
FISIOTERAPEUTAS	R\$2.681,39	R\$2.535,91	R\$2.570,81
TECNICOS (AS) DE ODONTOLOGIA	R\$1.227,23	R\$1.181,89	R\$1.187,04
TECNICOS (AS) E AUXILIARES DE ENFERMAGEM	R\$ 1.876,26	R\$1.696,44	R\$1.723,59
TOTAL	R\$3.703,85	R\$2.402,18	R\$ 2.713,83

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho, 27 de abril 2015

Essa relação de desigualdade de gênero que fortalece o desequilíbrio econômico no mercado de trabalho, e mais precisamente na área da saúde, reflete o quanto esse setor vem sendo hostilizado, não levado em consideração no desenvolvimento econômico brasileiro.

Há de se ressaltar a importância do setor Saúde como uma área fundamental na participação da economia brasileira, que precisa ser vista como uma das principais geradoras de postos de emprego do país, além de contribuir diretamente e indiretamente para o bem da população. Afinal de contas, o que é mais importante que a nossa saúde?

Contribuição do Ramo da Seguridade Social